

A AMBIGÜIDADE DA EXTENSÃO RURAL UNIVERSITÁRIA E AS ACUSAÇÕES DE TÉCNICOS¹

MARIA TEODORA DE BARROS OLIVEIRA²

RESUMO - Através da análise do significado de acusações de técnicas extensionistas – em uma ação de “geração e adaptação de tecnologia” ao pequeno produtor rural, executada por uma universidade do Nordeste, visando maior resistência ao impacto da seca – chegou-se à compreensão da visão que os mesmos têm do pequeno produtor rural e da terra. As acusações revelaram a contradição do programa: propôs-se a adaptar tecnologia, mas a adaptação tornou-se um recurso semântico, um novo rótulo, não conseguindo o programa, em sua execução, superar a prática da imposição de pacotes tecnológicos. Isso deveu-se, sobretudo, à própria visão que se tem do pequeno produtor rural e da função da terra. Não percebendo as contradições entre o proposto explícito e o executado, mas descontentes com os resultados obtidos, os técnicos buscaram explicações, refletidas em acusações. Estas foram analisadas e classificadas quanto ao endereçamento e ao conteúdo: endereçadas aos agricultores, aos técnicos (genericamente) e às instituições públicas; falaram de Poder, de Saber e de Moral, categorias estas que construímos a partir dos seus significados. Revelaram também a ambigüidade da extensão rural universitária, que não tem como função específica esse tipo de serviço.

Termos para indexação: extensão rural, acusações, técnicos, pequenos produtores rurais, visão da terra.

THE AMBIGUITY OF UNIVERSITY RURAL EXTENSION AND THE ACCUSATIONS OF TECHNICIANS

ABSTRACT - An understanding of the views of extension technicians about rural small producers and about the land – in a program of “generation and adaptation of technology” for rural producers, executed by a university in the Northeast to promote greater resistance to the impact of the drought – is reached through an analysis of the meaning of accusations of these technicians. The accusations revealed a contradiction of the program: it proposed to adapt technology, but “adaptation” became a semantic resource, a new label, when the execution of the program did not, in fact, overcome the practice of imposition of technological packages. This was due, above all, to the view held about rural small producers and about the function of the land. Without perceiving the contradictions between the explicit proposal and its execution, but unsatisfied with the results obtained, the technicians searched for explanations, which they expressed in accusations. These were analyzed and classified in terms of their direction and their contents: directed towards rural producers, towards technicians (generically) and toward public institutions. They spoke of Power, of Knowledge,

¹ Recebido em 08.03.93.

Aceito para publicação em 14.09.93.

O presente trabalho baseou-se em dissertação de mestrado, sendo um desdobramento de reflexões ali ensejados. Foi apresentado em sessão de comunicação oral, no III Encontro Regional Nordeste da APIPSA, em Recife, 1993.

² Professora adjunta da UFRPE-DCD.

and of Morals, categories which were constructed from the meanings of the accusations. They also revealed the ambiguity of university rural extension, which does not have this type of service in a specific function.

Index terms: rural extension, accusations, technicians, rural small producers, views on land.

INTRODUÇÃO

O exercício profissional em áreas técnico-sociais tem implicações sócio-políticas que podem não ser compreendidas pelos técnicos. A falta de compreensão dos efeitos desencadeados por ações técnicas que, sem deixarem de ser efetivas, podem não corresponder aos objetivos explícitos, mas sim aos não explícitos de um programa, tem gerado uma busca de resposta, apresentadas, inúmeras vezes, em forma de acusações.

A presença de acusações foi observada nas referências de técnicos extensionistas sobre suas relações, no exercício de sua profissão. Exerciam uma ação extensionista limitada, desenvolvida por uma das universidades do Nordeste, financiada por organismo internacional. O sub-programa de “Geração e Adaptação de Tecnologia” – GAT, onde atuavam esses técnicos, tinha por fim “difundir tecnologias adaptadas ao Semi-árido, com vistas às melhorias das condições de resistência à seca”.

A não-reflexão sobre o que é adaptação de tecnologia, a ambigüidade da universidade sobre os seus serviços de extensão e a ideologia que os sustenta geraram uma situação confusa no técnico, quando confrontou o resultado da sua prática com o objetivo explicitado pelo programa. Buscou respostas, que surgiram em forma de acusações. Extraídas das entrevistas gravadas com os técnicos, com o cuidado de não descontextualizá-las, foram interpretadas e tipificadas por categorias e endereçamentos. A partir de então, numa leitura contextual, buscamos seus significados. Seguidamente, pudemos entender que as acusações expressavam as visões construídas sobre o pequeno produtor e sobre a terra, visões essas reforçadas durante seu percurso de formação de engenheiro-agrônomo. Pudemos entender, também, que a proposta do programa, de difundir tecnologia gerada e adaptada ao pequeno produtor rural do semi-árido, acabou sendo mais um pacote tecnológico, em que adaptação de tecnologia reduziu-se a um recurso semântico; mas que o técnico não percebeu a presença das contradições vividas.

A PRESENÇA DE ACUSAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TÉCNICOS EXTENSIONISTAS

Em estudos realizados por antropólogos, principalmente nos de Caval-

canti (1982) e Woortmann (1983), há referências sobre acusações mútuas presentes nas relações entre extensionistas e pequenos produtores rurais. Essas acusações foram dirigidas durante situações percebidas, pelos extensionistas pelo menos, como de não sucesso no seu trabalho. E estavam eles atuando em ações extensionistas governamentais. Woortmann percebeu em sua pesquisa de campo que, na acusação do extensionista, este pressupunha ter o pequeno produtor um saber menor, uma falta de “racionalidade”³. Cavalcanti confirma o mesmo tipo de acusações dos técnicos sobre os pequenos produtores, percebidos como “pessoas desinteressadas” e até como “não racionais”. Revela Cavalcanti (op. cit.) também, nessa relação entre extensionistas e pequenos produtores, que os camponeses por ela estudados são conhecedores da interferência governamental externa em seus afazeres, e a seleciona de acordo com seus interesses. A acusação sobre serem “não racionais” refere-se ao saber do pequeno produtor, e a de serem “pessoas desinteressadas” refere-se à falta de poder desejado do técnico sobre eles, como pessoas de outros grupos que pressupunha-se ter poder por “se ter um maior saber”, isto é, o saber formal, dito racional. A resistência às ações governamentais referida por Cavalcanti, demonstrada no ato da seleção dessas ações, de acordo com os interesses (dos camponeses, recebe, indiretamente, uma acusação dos técnicos de desobediência, e portanto desaprovada moralmente, por ser rejeitado pelo produtor aquilo que um grupo acordou com ele como “sendo bom para ele.”

Vários autores como Furtado (1964), Woortmann (1983), Palmeira (1977) e Ferreira Irmão (1986) referem-se à ação do Estado durante o movimento de expansão pecuarista na região sertaneja, com conseqüente retração na agricultura de subsistência. Portanto, se para alguns o Estado é bem visto, não o é para outros que sabem selecionar o que querem e já sentiram seus efeitos, como revelou Cavalcanti (op. cit.).

Scott (1986) reafirmou, revendo a literatura sobre “desenvolvimento rural”, que programas governamentais impopulares foram extintos pela resistência passiva dos camponeses, como uma forma “brechtiana” de confronto. São alguns desses tipos de reações que têm levado os extensionistas a acusarem os camponeses de “não racionais”. E têm levado autores, desde a década de 60, como Foster (1962, 1967) e Wolf (1976), a procurarem entender o problema na transmissão de tecnologias. Essa maior preocupação na década de 60 associa-se ao período em que um modelo de desenvolvimento tecnológico, que propiciava o desalojamento de alguns agricultores, enquanto outros eram beneficiados, era percebido mais claramente pelos atingidos por essa ação nefasta. E menos percebido pelos propagadores das inovações tecnológicas.

³ Sobre o conceito de racionalidade ver Godelier (s.d.).

A tese de Foster (1967), da “teoria do bem limitado” que postula uma “lógica própria”, diferenciada do camponês, encontra uma saída para a mudança “dessa lógica”: já que os camponeses percebiam seus recursos internos limitados na sua comunidade, e já que uma mudança na quantidade de recursos existentes para uns passaria a indicar a perda dessa quantidade para outros, a sugestão de Foster para a mudança nesses valores camponeses, nessa “racionalidade própria”, impedidora da adoção de inovações, só poderia ocorrer com a mudança na orientação cognitiva dos camponeses. Para quais mudanças cognitivas? Para a de adaptarem-se a um mercado e a um estilo de vida mais competitivo?

Foi contudo, o contato, principalmente com a literatura de Velho (1978 e 1981), que nos chamou a atenção para o significado das acusações⁴. Para Velho, elas são sinônimas de conflitos desencadeados, de um movimento na tentativa de restabelecer um controle social. Como afirmou, “as pessoas que confundem as expectativas dominantes sobre os desempenhos de papéis são consideradas perigosas, estando sujeitas às acusações” (1978, p.7). Outro aspecto que Velho destaca é a necessidade da compreensão da lógica das acusações “a partir das constatações sobre a natureza da distribuição de poder social”, e que “existem papéis que permitem a quem os desempenha uma situação de acusador potencial. (...) As possibilidades da acusação e de seu sucesso são delimitadas pela desigualdade inicial”. (p.6).

Para Becker (1971), participar de grupos sociais pressupõe a aceitação individual das regras internas dos mesmos, o que, todavia, não elimina a possibilidade freqüente de suas discordâncias.⁵

No presente estudo foram consideradas acusações palavras ou expressões censoras, utilizadas sempre que o técnico procurou registrar divergências, um comportamento desaprovado, ou explicar insucessos em algumas ações devido a rupturas de regras supostamente pré-acordadas.

Consideramos também a possibilidade do não-cumprimento do objetivo que a ação estudada explicitou, já que programas de adaptação de tecnologias, ou com metodologias ditas participativas, podem ser assim expressadas como recursos de linguagem, sem que de fato o sejam. E neste caso, era possível o

⁴ Outros autores, sobretudo antropólogos, têm-se referido às acusações em diferentes contextos. Ver Evans-Pritchard, 1978; Jones, 1970; Salem, 1980; Cavalcanti, 1982; Woortmann, 1983.

⁵ Conforme Becker, são os grupos sociais que “definem” certas situações e os tipos de comportamento adequados para as mesmas...” (p.13). Há situações prescritas como “corretas” e outras como “incorretas” e, dependendo das regras, a sua não-observância pode ter diferentes conseqüências, diferentes sanções.

choque entre as perspectivas modernizadoras dos extensionistas e a racionalidade dos pequenos produtores rurais, gerando impasses e acusações.

Neste artigo tivemos por objetivo demonstrar os significados que as acusações adquirem, quando contidas nos discursos dos técnicos, em uma ação extensionista rural limitada⁶. Não se propõe o artigo a ampliar os significados percebidos nessa situação estudada, mas ele favorece que os utilizemos como referências no planejamento e desenvolvimento de ações extensionistas ou na nossa própria prática, na formação de técnicos na universidade. Este foi o principal motivo mobilizador para seu estudo.

O CONTEXTO DAS ACUSAÇÕES ESTUDADAS

Escolhemos para análise as acusações presentes em discursos de técnicos que se relacionavam com pequenos produtores rurais, dos núcleos do subprograma de Geração e Adaptação de Tecnologia – GAT, no sertão de Pernambuco. O GAT foi parte integrante do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Região Nordeste – PDCT/NE, e desenvolvido por universidades do Nordeste. Financiado por organismos internacional – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, teve como função a geração e adaptação de tecnologia específica para o pequeno produtor rural do semi-árido, visando melhorias às condições de resistência à seca.

Seus idealizadores o conceberam como sendo uma ação extensionista, voltada para desenvolver a chamada difusão limitada de resultado de pesquisa e implantação de módulos agrícolas, por universidades do Nordeste, para futura ampliação dessa difusão. A mesma foi prevista para ser executada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, através de convênio que não se efetivou. As ações desenvolvidas por uma das universidades do Nordeste, em Pernambuco, foram iniciadas em fins de 1983. Foi destinado um período de cinco anos para a efetivação do programa, por propriedade rural.

Ao fazermos referências sobre programa de geração e adaptação de tecnologia é necessário esclarecer a que o mesmo se propõe. Entendemos que se diferencia de outros programas de difusão tecnológica na condição de que, não propondo pacotes tecnológicos produzidos **para**, desenvolver tecnologias apropriadas a determinados contextos **com** os sujeitos que as utilizarão. O técnico deve adaptar o seu saber às condições encontradas.

⁶ As acusações foram retiradas das entrevistas com cinco técnicos ligados a ações do subprograma de Geração e Adaptação de Tecnologia – GAT. Somaram cento e vinte e uma acusações, endereçadas: 1) aos pequenos produtores rurais, 2) a outros técnicos, e 3) às instituições. Foram também tipificadas, após o exercício de interpretação e sobreposição, em três categorias: Saber, Poder e Moral, que são neste artigo discutidas.

Parece-nos que existe uma grande distância entre o **para** e o **com**. Essa é a distância que registra como o outro é visto. A proposta de gerar e adaptar tecnologias pressupõe que o técnico veja esse outro, o pequeno produtor rural, como um ser histórico, que atua e é atuado na cultura. A percepção dessa distância é que vai definir o objetivo do programa.

Sob esse ponto de vista, a execução da proposta do GAT exigia que fosse precedida da compreensão sobre a construção social do pequeno produtor, tanto quanto a do próprio técnico. A prática de gerar e adaptar tecnologia específica para o pequeno produtor rural, se não quizer ser mais um pacote tecnológico, exige a participação concreta desse produtor na discussão dos objetivos perseguidos. É a construção da tecnologia, gerada a partir dos dois saberes: de um lado, do saber advindo do cotidiano, de outro, do saber advindo da ciência, que se ajusta ao contexto destinado.

O CAMINHO PERCORRIDO PARA ENTENDER AS ACUSAÇÕES

A análise das acusações partiu da compreensão de que elas podem assumir significados dentro de um determinado contexto. Consideramos também as teorizações de Velho, já referidas, sobre acusações, ou seja, que “as pessoas que confundem as expectativas dominantes sobre os desempenhos de papéis são consideradas perigosas, estando sujeitas às acusações” (1978, p.7), e que há necessidade da compreensão da lógica das acusações “a partir das constatações sobre a natureza da distribuição de poder social”, e que “existem papéis que permitem a quem os desempenha uma situação de acusador potencial. (...) As possibilidades da acusação e de seu sucesso são delimitadas pela desigualdade inicial” (p.6).

Foi realizada a análise do discurso de cinco técnicos (três deles atuantes no campo, um ex-extensionista em papel burocrático e um ex-gerente), ligados aos três núcleos do GAT de Pernambuco. Das entrevistas semi-estruturadas, gravadas, sobre o trabalho que um desenvolveu e outros quatro ainda desenvolviam, extraímos cento e cinco trechos contendo acusações. Retiradas dos textos com o cuidado de não descontextualizá-las, passaram a compor uma listagem por emissor. Seguidamente, fizemos um primeiro exercício de tipificá-las, construindo um mapa legendado com as acusações listadas por emissor, interpretadas e classificadas de acordo com seus endereçamentos e ao tema a que se referiam. A presença de expressões contendo mais de uma acusação, percebidas como de categorias diferentes, e, por isso, desdobradas, elevou o seu número da listagem inicial, de cento e cinco para cento e vinte e um. Elas foram expressadas repetidas vezes pelos diferentes emissores e endereçadas a objetos repetidos e/ou diversificados.

O agrupamento por temas e por endereçamentos permitiu, dada a permeabilidade das mesmas, uma sobreposição e um filtramento. Nova listagem construída seguidamente, tendo-se por critério o objetivo dessas acusações, permitiu classificá-las segundo os seus endereçamentos finais.

Ainda essa listagem apresentava temas repetidos. Passamos então a registrar esses temas abrangentes em suas freqüências, possibilitando o processo contínuo de interpretação e sobreposição chegar às categorias finais das acusações⁷.

Contudo, a análise das acusações contidas nos discursos foi precedida da compreensão dos grupos que se relacionavam. Quais os seus papéis, quais seus objetivos, quais suas idealizações, e construídas a partir de quais pressupostos? Consideramos que os técnicos formavam uma categoria com participação em vários grupos concomitantemente, e com papéis diferentes nesses grupos, como o do grupo de técnicos que se interacionam e discutem seus interesses comuns; como participantes de grupos de outros técnicos, com posições hierárquicas superiores à deles – o que não significa, necessariamente, que todos estes possuam saberes técnicos mais aprofundados; e com o seu grupo familiar e o de amigos, nos quais desempenham papéis diferentes, tanto quanto suas imagens construídas também o são. Para viver nesses grupos sociais, de acordo com Becker (1971), deve-se pressupor que aceitaram as regras dos mesmos, o que, todavia, não elimina a possibilidade frequente de suas discordâncias. Convém lembrar também a diferenciação na distribuição do poder em cada grupo.

Assim vistos, procuramos compreender a lógica desses técnicos. Por que acusavam? A quem? Qual o significado das suas acusações? O que elas expressavam?

Entrevistas gravadas, realizadas com pequenos produtores de um dos núcleos do GAT⁸ vieram reafirmar a compreensão que obtivemos dos significados das acusações oriundas dos técnicos.

⁷ Ao final do texto, apresentamos em anexo três quadros referentes aos endereçamentos e tipificações das acusações. Servem como indicação, mostrando na discussão dos conteúdos, as proporções em que se apresentam, o papel que desempenham. Há restrições sobre o uso desses dados quantitativos quando analisados isoladamente, vez que a interpretação das acusações passa por critério subjetivo, possibilitando variações na sua leitura em momentos distintos, ocorrendo variações nas classificações quantitativas. Contudo, os números servem como indicação para verificar proposições, conjunções de diversos elementos, e mostram o papel que desempenham; não são apresentados para leitura isolada, mas são observados paralelamente à leitura quantitativa, como sinalizadores.

⁸ Essas entrevistas serão discutidas em outro texto.

OS ENDEREÇAMENTOS E OS SIGNIFICADOS DAS ACUSAÇÕES

A análise das acusações encontradas permitiu revelar seus significados. Os técnicos dirigiam acusações a três endereços: **Aos produtores rurais** – compreensível, pela teoria de Becker (op. cit.) e confirmada conforme Velho (1978), que a posição ocupada pelos técnicos os favorecia como acusadores em potencial. A tipificação por categoria e a análise dessas acusações revelaram denúncias de rupturas de regras supostamente pré-acordadas entre técnicos e pequenos produtores, portanto, acusações que tentam explicar a ruptura de fronteiras de ações permitidas e a tentativa de restabelecer o controle do poder “perdido”. A acusação sobre o **Saber** do pequeno produtor foi a que comporta maior frequência. Também esperada e compreensível pela posição ocupada pelos técnicos, que os favorecia como acusadores em potencial. E a acusação sobre a **Moral**, que caminhou junto à do **Saber**. Comportamentos não aprovados pelo grupo, como sendo de ordem ética, ficaram nessa categoria. Objetivo dessas acusações? A justificativa da “falha” que percebiam ao não atingirem os objetivos explícitos do subprograma: estava em grande parte na deficiência dos pequenos produtores, com **Saber** menor, “ignorantes”, além de confrontantes do **Poder**, pela desobediência. Essa acusação de desobediência revela a negação do técnico ao pequeno produtor do direito de decidir democraticamente. Revela, ainda, a presença de conflitos de papéis entre os dois, que pertencem também a outros grupos sociais, com o técnico sentindo seu poder ameaçado, ou mesmo buscando proteção para a manutenção do seu emprego.

Mas as acusações foram **endereçadas também a outros técnicos**, de forma genérica. Foram, relativamente, menos frequentes. E pela ocupação do mesmo grupo de identidade profissional, com objetivos mais ou menos comuns, tiveram seu grande peso na categoria da **Moral**. Referiam-se ao não-cumprimento dos deveres previstos e ao uso de um “jogo não limpo” com o pequeno produtor, por prometerem o que não sabiam se atingiriam. Acusações essas seguidas, em sua representatividade, pelas da categoria do **Saber**: “Os técnicos também erram, por falta de experiência, por falta de assessoria, por seguir as instruções incorretas que acompanham os equipamentos de irrigação (potência do motor, mais especificamente), além da falta de preparo dos mesmos e da falta de orientação de professores no trabalho de campo”. Foi outra justificativa para a “resistência do pequeno produtor e pelo seu não-cumprimento de regras, pois desacredita do técnico pelos erros ocorridos. Mais uma denúncia dos técnicos sobre erros, que desencadeiam reações de descrenças no pequeno produtor. Já as acusações sobre o **Poder**, nesse grupo formado de técnicos com seus pares, com diferenciações como da ordem da **Moral**, pois revelaram abuso de poder sobre pequenos produtores para promoção pessoal. Revelaram ainda uma si-

tuação contrária: falta de poder dos técnicos diante de coerções políticas nos locais de trabalho. Outra busca de resposta para as dificuldades em atingir o sucesso no trabalho.

Mas as **acusações endereçadas às instituições** foram relativamente mais freqüentes que as dos endereçamentos anteriores. Revelaram ações que categorizamos como sendo da ordem da **Moral**, realimentando o discurso generalizado sobre a crise moral, sobre a corrupção e falência das instituições. Essa ordem correu próxima à freqüência das acusações sobre o **Saber**, e como consequência da mesma. Erros de administração, abordagem tecnicista de programas, entre outras. Contudo, as mais freqüentes foram as relativas à categoria do **Poder**. Só que, como dirigidas aos que pertencem a outros grupos, em situações hierárquicas superiores, revelaram antes falta de poder dos técnicos em reverter uma situação que “dificulta o melhor cumprimento dos objetivos explícitos dos programas, pela irresponsabilidade na distribuição e administração dos recursos públicos”; além disso, demonstraram a não-consciência da contradição entre a proposta do programa e sua prática, e o descontentamento pela exploração de sua mão-de-obra, mal paga.

Os obstáculos encontrados foram, desta forma, utilizados para a explicação de insatisfações na realização do trabalho, compreendido com os seus objetivos frustrados, ao mesmo tempo que os técnicos buscaram se proteger, ação comum de autoproteção quando não se sentiam eficazes.

E a análise realizada por Queda (1987), sobre o objetivo do serviço de extensão rural brasileiro, veio confirmar a leitura dos significados que essas acusações estudadas expressaram. Demonstrou o autor como as avaliações sobre os serviços de extensão são deficientes, inconclusivas, “dificultando a revelação dos diversos interesses envolvidos, quando se trata do desenvolvimento econômico e social.” Tendo por objetivo o aumento da “produção/produktividade da agricultura, através da disseminação de informações/ inovações e, ao mesmo tempo, prestar assistência rural”, revelou o autor a presença da ambigüidade nesse objetivo: o estímulo da busca da eficiência (capitalista) da agricultura (...) e, por outro lado, “defender a ineficiência, ou de qualquer modo, tolerá-la, através das práticas de subsistência, vistas como o único caminho para “cuidar” de todos aqueles que tenderão a ser desalojados por esse processo de industrialização da agricultura” (p.184/186). E esse ideário extensionista foi difundido nos cursos das ciências agrárias, através de disciplina acadêmica. O objetivo implícito, o de promover a modernização conservadora, isto é, sem a reforma agrária, não faz parte das discussões na análise do serviço de extensão rural brasileiro. Este localiza na educação, na falta da adoção de tecnologias modernas, o problema da miséria no campo. E aqueles que não pudera modernizar foram percebidos como “resistentes à mudança”, “irracio-

nais". Na região Nordeste, onde a modernização não se efetivou no mesmo ritmo que nas do Sul e Sudeste, a Universidade assimilou o mesmo discurso na ação preparatória de novos técnicos. Assim, as acusações permaneceram. E falaram mais do que aparentemente expressavam.

Elas representaram **uma visão do pequeno produtor nordestino**, construída sob a ótica da necessidade, ou do objeto. Dessa forma o pequeno produtor nordestino deveria ser semelhante ao agricultor "racional", "que faz um trabalho mais técnico, como o do Sul e Sudeste". (Racional, para o técnico, é o pequeno produtor que capitalizou sua propriedade e se utiliza da tecnologia proveniente do saber formal). Isto é, viram-no como o responsável pela produção de alimentos e de excedentes para as necessidades urbanas, uma vez que "o grande agricultor não tem compromisso com a sociedade, pois está interessado em altos lucros". Daí, depreende-se essa visão do "ser objeto", que deve satisfazer necessidades da população. Espera-se, pois, que o pequeno produtor seja esse fornecedor dos excedentes. Deseja-se que ele tenha aspirações de tecnificar-se, e o que se encontra é o "acomodado", pela "ignorância" ou pela "descrença". Deseja-se que ele se interesse por processos mais modernos e complexos de gerenciamento de propriedade, que levariam a um aumento da produção. Não deveria ser resistente às inovações tecnológicas para ele difundidas, nem querer resultados tão a curto prazo. Ao contrário, espera-se que seja um receptor ávido pelos novos conhecimentos, e tenha vontade de trabalhar. "Mas ele não quer trabalhar..." "Espera que o técnico faça para ele, não tem iniciativa." Deveria, pois, ser obediente e passivo às orientações do técnico, aceitando as revelações das demonstrações, mesmo que ainda não tenha percebido os resultados concretos; ou seja, reconhecer no técnico aquele que detém o saber científico e que lhe apresenta conhecimentos diversificados, para um sistema de produção integrado.

Contudo, mesmo que se deseje levá-lo a uma intensificação da agricultura adaptada ao seu meio, com inovações tecnológicas e outra visão de lucro, "não é desejável que o mesmo produtor seja um pequeno capitalista" ou "tenha valores individualistas". Portanto, o pequeno produtor deve ser "racional", sem emoções ou outros objetivos no uso dos recursos; estes, preferencialmente, devem ser utilizados com fins econômicos e altruísticos.

A existência de uma idealização dessa categoria de produtor pelo técnico, percebida pelas expressões que revelaram a visão construída sobre o mesmo, através das imagens fornecidas tanto pelo ensino formal quanto pelo informal, e a inexistência dessa categoria idealizada, levaram o técnico a uma negação da realidade. Isso o impediu de contatar profundamente com o produtor rural. Percebeu a categoria de forma abstrata, desconheceu as histórias diferenciadas de vida de cada um, suas tradições dentro do sistema produtivo, a história da

construção do seu saber, e as relações mantidas com outras instituições que se propuseram difundir inovações tecnológicas. Deixou-se de conhecer os objetivos dos pequenos produtores dentro de um contexto de alto risco econômico; desconheceu-se que a existência de metas a curto prazo, ligadas às funções de reprodução da vida, não excluía a existência de objetivos a longo prazo, coincidentes até com um padrão de vida idealizado pelo técnico.

Mas as acusações representaram também **uma visão de terra** construída academicamente, permeada pela teoria da modernização conservadora, sobre a qual a universidade não tem questionado seus efeitos. Representaram a visão de que a terra tem que ser produtiva, e que o aumento da produtividade depende de ação educativa e difusionista dos extensionistas. Grande carga emocional estes devem carregar, ao não compreenderem que cumpriram o objetivo explícito dos programas, o da modernização ou do produtivismo, mesmo sem compreenderem que alijaram parte dos pequenos produtores dos seus efeitos “benéficos, mas acreditando que os que não aderiram às suas instruções o fizeram por limitações do saber ou da sua natureza, por descrédito puro e simples dos técnicos, da falta de moral dos mesmos e de instituições que administraram os programas.

É inegável a existência de conflitos nas relações sociais, tanto pelas diferenciações nos interesses individuais como pelas diferenciações nos interesses grupais. Também é constante a existência de movimento nos grupos, na tentativa de restabelecer o controle social. E nessa ação extensionista, não foi diferente. Os técnicos, em nenhum momento questionaram os objetivos ou a razão prática dos pequenos produtores, dada por tradicional apenas. Aparentemente, seus objetivos foram semelhantes aos explícitos dos programas e aos dessa categoria de produtores. Porém, os não explícitos pelo programa não foram lidos por eles. E o pequeno produtor, que depende da terra para sobreviver, teve que ser cauteloso em suas decisões. Quando as ações dos programas mostraram-se sem riscos, foram aceitas pelos que foram escolhidos. Aí, somaram-se seus objetivos de modernização com os dos programas. Mas, seletivamente. Para os não-escolhidos, a sua não aderência ao efeito demonstração “deve ser pelo seu tradicionalismo.” Nesse ponto de “seletividade” do pequeno produtor ao que lhe foi oferecido, percebeu-se até mais “racionalidade” entre eles que diante das perplexidades dos técnicos ao não compreenderem que não fracassaram no atingimento dos objetivos não explícitos dos programas, mas que também não interpretaram as implicações sociais desses objetivos. Nessa ação podem ter sido usados, ingenuamente, por “defeito de formação”. Não compreendendo dessa forma, viram-se ameaçados nessa tarefa, no seu emprego. Podem ser criticados nessa “ação fracassada”, porque pensada enquanto técnica-educativa. Mas podem desenvolver ações técnicas autosatisfatórias que não mascaram

seus objetivos como sendo educativos. Vão desenvolver pesquisas técnicas aplicadas, podem se aperfeiçoar em engenharia agrônoma, em institutos de pesquisas, mas provavelmente irão continuar a pensar que os pequenos produtores são “resistentes porque são tradicionais e irracionais, mas que deveriam aumentar sua produtividade.”

A INDEFINIÇÃO DA UNIVERSIDADE OU OS PRIMEIROS PASSOS?

As entrevistas realizadas com técnicos que atuaram em diferentes núcleos do GAT, contendo as acusações, revelaram um discurso ambíguo: propondo-se a gerar e adaptar tecnologias, ao mesmo tempo expressaram uma visão construída do pequeno produtor, redutora de qualquer potencialidade por ele possuída. Isto é, não acreditavam, por princípio, no atingimento dos objetivos a que se propuseram trabalhar. Esse tipo de produtor foi visto, genericamente, como diferente dos demais do Sul e Sudeste do país, não como seres com histórias e individualidades diferentes, mas como seres de natureza diferente. Foram acusados de “acomodados”, “resistentes às mudanças”, “ignorantes” e “desobedientes”, dada a sua natureza de nordestinos.

Dessa forma, o discurso dos técnicos se confundiu, revelou sua contradição. Houve contradições entre a proposta do programa, elaborada por nordestinos, e as representações tidas pelos executores, também nordestinos, sobre o pequeno produtor rural: um ser de “natureza inferior”. Ser nordestino e rurícola era, para o próprio técnico nordestino, ser inferior. Embora esperassem que o agricultor adotasse novas tecnologias, descreditavam das potencialidades pessoais dele.

Houve ainda um fator de constrangimento para os extensionistas, ao exercerem seu papel: os entraves burocráticos impediram o cumprimento de projetos dentro de prazos previstos. Conseqüentemente, ficou difícil trabalhar em função de dois calendários que não foram sintonizados: o calendário agrícola e o da instituição que gerenciou o programa e que fez seu encerramento contábil, independentemente do compasso temporal da pequena produção. Esse ato impediu a liberação de recursos para demandas imprevistas. Portanto, planejaram-se atividades, ditas de interesse comum, para serem cumpridas em tempos concebidos diferentemente, mas valorizados também diferentemente. Ou seja, houve que se elaborar relatórios contábeis num período pré-determinado, não se conseguindo o controle sobre os critérios temporais que deveriam ser observados na liberação de recursos. Ocasinou, essa falta de sintonia, prejuízos em projetos implantados.

O desvio entre a proposta inicial do trabalho e o rumo que passou a tomar na sua prática, ou pela má compreensão do que seja adaptação de tecnolo-

gia, ou pelas deficiências na administração ou talvez mesmo pela visão que se teve do pequeno produtor, passou a desfigurar o programa.

De programa de geração e adaptação de tecnologia, passou-se a administrar mais um pacote tecnológico, onde o agricultor foi visto então, apenas como um receptor beneficiado, domesticado pelo ato de receber benesses. E a avaliação realizada pelo técnico foi dependente da sua fidelidade ao objetivo proposto. Se mudou seu objetivo, ou teve padrões não definidos para a avaliação, esta não foi objetiva. Dessa forma, um dos técnicos afirmou que o objetivo do GAT foi atingido. Foi atuante no início do programa na ação de gestão administrativa, e não na ação de campo propriamente dita. Sua avaliação é diferente da dos demais técnicos e é aqui considerada justamente por ele ter estado ligada às ações iniciais de administração do programa:

(...) se tiver uma avaliação objetiva talvez o programa não tenha sido o sucesso matemático: tantas propriedades com a renda tal... etc; mas o maior sucesso do programa foi estabelecer uma ponte entre a Universidade e o produtor, ramo final, o usuário realmente da tecnologia. (...) foi provado que é viável de estabelecer e de fazer essa real extensão (...) de modo que o maior sucesso é esse, embora institucionalmente talvez não seja tão considerado, porque as pessoas não conhecem, as pessoas não conhecem!”

As pessoas não conhecem o quê? Que o objetivo proposto se perdeu, ou que ele pode ser considerado parcialmente atingido, e que, dadas as dificuldades, por ser uma nova prática da universidade, pode-se considerá-la satisfatória? Será isso o que o programa desejou, o que teve por objetivo? Testar a viabilidade da universidade através da prática acompanhada? E a difusão da tecnologia adaptada apregoada, visando melhorias às condições de resistência à seca? Se for assim, seu objetivo explícito deveria ser outro: o de testar a viabilidade da Universidade no desenvolvimento de tecnologias no semi-árido, tendo como laboratório propriedades de pequenos produtores rurais, com sua mão de obra. Quem seria o receptor final das tecnologias expressadas como adequadas? Aquele que tivesse acesso aos recursos para a sua adoção. Os demais ficariam de fora da assistência técnica.

As avaliações realizadas por outros técnicos extensionistas do programa, indicaram como perceberam os objetivos diferentemente daquele primeiro, que, insisto, não era extensionista de campo. Os que consideraram que a ação não tinha sido bem ou tão bem sucedida, aguardaram que ela, radicalmente, realizasse modificações na qualidade de vida do pequeno produtor. Além de que, pelo efeito demonstração, desejaram que a tecnologia “adaptada” fosse adotada linearmente pelos demais pequenos produtores, vistos abstratamente como que compoem uma categoria homogênea. E a seleção realizada pelo

produtor participante do programa, quanto ao uso da tecnologia ali testada, foi vista pelos técnicos, sobretudo como causada pela natureza de nordestino desse produtor, como também decorrente dos problemas decorridos na administração dos recursos.

A aspiração explicitada pelos técnicos, de propiciar melhorias na qualidade de vida da família do agricultor, através da implantação das tecnologias ali testadas, “adaptadas”, com conseqüente difusão via EMATER pelo efeito demonstração, revelou que acreditavam na potencialidade do trabalho que desenvolveram. E com perspectivas até mais abrangentes que poderiam ter, isto é, não restritas às propriedades favorecidas pelo FAT. E para isso trabalharam. Realizaram “dias de campo”: promoveram encontros de agricultores e fizeram demonstrações. Mas sem o acesso à aquisição de equipamentos de irrigação, e tendo o programa um caráter de provisoriedade, ficaram os demais pequenos produtores fora desse processo.

Essa expectativa demonstrada pelos técnicos pode ser melhor compreendida, quando a associamos com os dados de entrevistas realizadas com ex-professores dos extensionistas, na disciplina Extensão Rural, oferecida pela universidade na formação de profissionais da área das Ciências Agrárias. Embora com abordagem diversificada, o programa não contemplava a análise das causas agravantes das desigualdades sociais, geradas no processo de modernização de setores agropecuários no Brasil. Ao contrário, houve quem permanecesse com visões valorativas de políticas convencionais de modernização e as repassasse, utilizando-se em aulas de material didático tradicional de empresa ligada a assistência técnica rural. Contudo, essa é uma posição ideológica não adotada por todos os professores dessa disciplina, o que não elimina a sua presença nos conteúdos trabalhados pelos demais professores de disciplinas de formação técnica específicas, com visão positivista da ciência e funcionalista dos problemas sociais.

É possível que o procedimento semelhante tenha ocorrido em outras universidades do Nordeste, ao incluírem em seus currículos a disciplina Extensão Rural⁹; e o tenha feito numa ação adotiva da filosofia do Serviço de Extensão Rural no Brasil, que situou estritamente na educação a causa da pobreza do país (Queda, 1987; Fonseca, 1985).

Esse programa do GAT passou a apresentar pontos tidos como positivos e negativos para o extensionista. Contudo, diante da proposta inicial, esses pontos não foram bem aceitos por ele. A situação confusa vivida e expressada, indicou as contradições do seu trabalho:

⁹ Souza (1986) referiu-se à visão ambígua da universidade sobre sua função de extensão.

Em primeiro lugar, implantou novas tecnologias ditas “adaptadas” ao semi-árido, em propriedades selecionadas, pilotos, na expectativa de que fossem reproduzidas pelos pequenos produtores rurais, visando o aumento e a diversificação da produção. Se as propriedades necessitaram ser selecionadas, em termos de recursos materiais e de “tipo” de proprietário, essas tecnologias parecem-nos não adaptadas ao semi-árido, mas a algumas exigências que nem todos podiam responder, como água e energia para o módulo de irrigação, o privilegiado.

Em segundo lugar, fez demonstrações de tecnologias tidas por ele como adaptadas, a outros pequenos produtores da região. Justificou que a desconfiança demonstrada sobre seu uso foi devido ao temor da “reforma agrária”, isto é, da perda de suas terras (esse temor foi expressado por alguns produtores). A tradição do agricultor também foi referida como causa dessa desconfiança. Afirmou o extensionista, a existência de dificuldades regionais para a manutenção e recuperação de equipamentos, pela distância da assistência técnica e pela falta de recursos econômicos do produtor. Mesmo com esse quadro, rejeitou o comportamento do pequeno produtor, que chamou de “irracional” e de “desonesto”, pelo não cumprimento de tarefas que, presumia-se ter assumido no início do programa. Isso nos sugere que, para o extensionista, seus argumentos técnicos deveriam ter sido suficientes no convencimento desses produtores, tradicionais porque “acomodados”, “desconfiados” ou mesmos “irracionais”.

Em terceiro, encontrou obstáculos burocráticos que não foram resolvidos em tempo hábil pela administração do GAT, o que prejudicou seriamente seu trabalho. Pode-se concluir que, adaptar tecnologia, passou a ser uma atividade de menor importância para os que administravam o programa, ou porque essa não era uma opção ideológica, ou como consequência das limitações pela incipiência da instituição executora, já que até as dificuldades administrativas não foram superadas dentro do prazo que o calendário agrícola exigia.

Quarto, o programa foi executado mesmo sem a supervisão científica que o técnico esperava, através de assessoria de professores da universidade. Como isso não se deu, “fez-se o que se pode”.

Quinto, receber os equipamentos de irrigação da “Universidade” foi algo visto como presente pelos produtores rurais. Contudo, os experimentos que o técnico realizou, nem sempre com êxito, colocaram em dúvida sua eficiência. Foi o caso de equívocos no uso de motores de irrigação, que, segundo o técnico, vieram com especificações incorretas. Esse fato mais a inadequação do sistema de irrigação utilizado foram citados por alguns agricultores. Eles não interferiram no processo, mesmo estando em desacordo, justificando que não

iam discordar do “doutor”. Perceberam-se pois, realmente, premiados com os equipamentos do programa. O fato sugere a verticalidade do poder, a falta de compreensão do produtor sobre o processo em si, do qual não participou da construção ideológica. Participou apenas enquanto fornecedor de mão-de-obra do trabalho da “Universidade”, e enquanto fornecedor de terra. Isso porém, não foi percebido pelo técnico como contradição do programa.

Portanto, adaptação tornou-se apenas um recurso semântico. Ainda que as intenções mencionadas fossem louváveis, a de “gerar e adaptar tecnologia para os pequenos produtores rurais, visando melhorias às condições de resistência ao impacto da seca”, o fato foi que a universidade passou a experimentar tecnologias, empregando mão-de-obra de pequenos produtores que possuíam condições físicas na propriedade. Acrescente-se que, pela falta de condição econômica para suprir as necessidades familiares durante a substituição de área com cultura de sequeiro por outra irrigada, e com ciclo produtivo diferente, o produtor recebeu pagamento por toda mão-de-obra utilizada em sua propriedade (a familiar e a contratada, quando necessária), até que se iniciasse na comercialização da nova cultura. O pagamento pelo trabalho realizado foi efetuado com cálculo na relação trabalho/homem/dia. ao mesmo tempo, porém, o programa GAT introduziu o pequeno produtor no cultivo de culturas comerciais, ainda que não garantisse o frete para a comercialização incipiente: o pagamento do frete a terceiros reduzia os ganhos da venda dos produtos, e a aquisição de transporte próprio não foi ação aprovada pelo técnico, tendo em vista a necessidade de investimentos para a reprodução da cultura. Dessa forma, treinando o agricultor como assalariado, ou como um pequeno empresário, o programa o estimulou no exercício do modo de pensar capitalista (Martins, 1980)¹⁰.

Para quem foi, então esse programa de tecnologia “adaptada”, se, para que houvesse sua difusão era necessária uma política agrícola que a garantisse, além de que, na realidade, não foi adaptada às condições concretas mais frequentes das propriedades dos pequenos produtores? Quais os interesses

¹⁰ José de Souza Martins reflete “sobre o modo capitalista de pensar”, apresentando-o como o “modo de pensar necessário para a reprodução do capitalismo, a reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais”, não se limitando estritamente ao modo como pensa o capitalista. Está minado pelas contradições do capitalismo, refletindo-se nas suas ambigüidades. Passa a fazer parte de outras classes sociais, como a burguesia, o proletariado, os proprietários de terra. (...) “é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o valor e a prática”. “É por esse caminho que o saber deixa de estar vinculado abertamente à classe dominante, parecendo pairar acima das classes.” (p.XI).

reais não explícitos do programa, e não percebidos pelos extensionistas? Não percebidos porque lamentaram as dificuldades encontradas que impediram o atingimento do objetivo evocado. Ainda assim, conseguiram que alguns agricultores do programa, de forma diferenciada, adotassem novos espaçamentos em cultivos, alguns cuidados para a preservação do solo, a intenção do uso adequado de insumos agrícolas, ou seja, algumas metas foram atingidas. Todavia, não houve mudanças significativas na qualidade de vida desse produtor, se considerada em termos de possibilidades de opção no consumo doméstico, que viessem a satisfazer as necessidades básicas da família. A permanência das limitações para a família do pequeno produtor foi compreendida pelo técnico como falta de educação para o consumo. O técnico entendeu que o programa devia ser acompanhado por economistas domésticos, na esperança de que pudessem solucionar o problema da falta de recursos do agricultor através da educação para a maximização no seu uso, além do que realmente podiam. O programa favoreceu mudanças outras, como menor uso da força corporal no trabalho, com a substituição de culturas tradicionais de sequeiro por culturas irrigadas. Mas aumentou o consumo de energia elétrica, o que coloca em questão a racionalidade da irrigação para algumas culturas, em determinadas situações. A difusão das inovações para outros pequenos produtores, com condições mesmo semelhantes aos assistidos, não se deu pela falta de política agrícola para garanti-las.

Diante disso, o técnico insatisfeito buscou respostas. Mas em sua formação, na qual nós universidade contribuimos, aprendeu ele a ver o outro, o agricultor nordestino, como o desprovido, principalmente de saber e de vontade, o “tradicionalista resistente”.

Buscou neste caso, explicações que expressou muitas vezes em forma de acusações. Isto é, adjetivos sujeitos e instituições, principalmente pelas suas posições de poder e características do saber. A expectativa sobre o resultado do programa não correspondeu ao resultado chegado. Concluiu-se a trajetória do trabalho com a sensação do insucesso, com a expressão da falência, mas acreditando-se que o programa foi bom, embora tenha-se perdido. Foi uma situação constrangedora, que buscou ser entendida. E as explicações chegaram também em forma de acusações.

Essas acusações representaram a visão de terra do extensionista, a expectativa possuída sobre o pequeno produtor rural e sobre o seu próprio papel de técnico, como sendo o daquele que vai levar, via educação de técnicas agrícolas, o desenvolvimento rural.

Se houve aparente indefinição da universidade sobre a discussão política relativa ao que fazer com o pequeno produtor rural, ela não deixou de ser

uma posição ideológica: concordou com a modernização conservadora e tolerou a ineficiência da pequena produção através da adoção da filosofia do antigo Serviço de Extensão Rural. Contudo, por não ter como função específica esse tipo de serviço, e sendo essa função desprestigiada na Universidade¹¹, sua prática foi e tem sido, muitas vezes, resultante de ações pessoais isoladas. E desacreditada, porque associada à “ineficiência” das ações do Serviço de Extensão Rural, quando reduzida em assistência social à família do pequeno produtor, sem condições de se modernizar. O pouco exercício da extensão na universidade, e a falta da análise de seu papel, pode ter gerado a ambigüidade no discurso dos técnicos do GAT. Essa ação não deixa de ser política, mas inconsciente.

Se opção consciente ou deficiente, a perspectiva modernizadora do programa chocou-se com a racionalidade dos pequenos produtores rurais. Estes não se opuseram às inovações por puro tradicionalismo. Antes, selecionaram o que puderam adotar sem constituir maior ameaça à sua reprodução. E reestiraram “brechtianamente”, no ato da desconsideração à implantação de outros módulos que não os interessavam, mas também não se declarando contra eles, por constituir esse ato ameaça de perda das benesses: equipamentos de irrigação, rolos de arame, etc. Se essa atitude é honesta ou não, é outra discussão. Ela está instituída, porém, como modo de sobrevivência, e recebeu acusações que tipificamos na categoria da mora.

Concluimos que as acusações decorreram do choque de lógicas das perspectivas do extensionista e dos produtores rurais, mas, sobretudo, decorreram pela não definição do extensionista, que ora teve o discurso a favor da adaptação da tecnologia, (e, quando os entraves burocráticos o impedia, acusava as instituições responsáveis), ora assumia o discurso do impositor de tecnologias (nesse caso, os pequenos produtores selecionaram o que adotar, não executaram as tarefas a eles determinadas, e procuraram garantir uma produção paralela com os conhecimentos já construídos e vivenciados, não dependentes das inovações propostas). Daí surgiram as acusações, principalmente as que tipificamos na categoria do saber e do poder.

¹¹ Extensão é uma das funções da Universidade, que deve objetivar sua inserção na sociedade. Ao mesmo tempo que realimenta o ensino e a pesquisa, constitui uma prática de ensino fora da sala de aula, e fornece dados para a pesquisa, vinculados às condições concretas dessa sociedade. Essa função não é compreendida com clareza, nem tampouco é prestigiada (Souza 1986; Marques et al. 1986).

REFERÊNCIAS

- BECKER, H.S. **Los extraños**; Sociología de la desviación. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971. cap. 1.
- CAVALCANTI, J.S.B. **The making of peasant survival**: continuity and change in rural Northeast Brasil – The Brejo Paraibano case, Manchester: University of Manchester. Faculty of Economic and Social Studies, 1982. 310p. Tese Ph.D.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, óráculos e magia entre os Azende**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 316p.
- FERREIRA IRMÃO. A pequena produção agrícola e o desenvolvimento capitalista. In: SAMPAIO, Y. org. **Necessidades e potencialidades de pequena produção no Brasil**. Recife: UFPE-PIMES/Departamento de Economia, Fundação Interamericana, 1986. p.113.
- FONSECA, M.T. **A extensão rural no Brasil**; um projeto para o Capital. São Paulo: Loyola, 1985.
- FOSTER, G.M. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 248p.
- _____. Peasant Society and the Image of Limited Good. In: POTTER, J. et al. (org.). **Peasant society: a reader**. 2ª ed. Boston, USA: Little Broun and Company. 1967. p.301-20.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964. 292p. (Estante de Economia).
- GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na Economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s.d. 397p.
- JONES, G.J. A boundary to accusations. In: DOUGLAS, M. (org.). **Witchcraft confessions & accusations**. London: Tavistock Publications, 1970. c.16.
- MARQUES, P. de M. et al. **A extensão universitária na UFRPE**; visão dos professores e alunos. Recife: 1986. Mimeo, não paginado.
- MARTINS, J.S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- PALMEIRA, M. et al. Emprego e mudança sócio-econômico no Nordeste. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p.201-38.
- QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil**; da anunciação ao milagre da modernização

agrícola. Piracicaba: ESALQ-USP, 1987, 201p.

SALEM, T. **O velho e o novo**; um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrólis: Vozes, 1980. 240p.

SALES, T. **Agreste, agrestes; transformações recentes na agriculturanordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 146p.

SCOTT, J. Everyday forms of peasant resistance in south-East Asia. **The Journal of Peasant Studies**. v.13, n.2, January, 1986.

SOUZA, M.R. Extensão: redimensionar é preciso. In: **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**; um canal em dupla mão. Fortaleza, EUFC, 1986. p.7-8. (Coleção Documentos Universitários, nº 21).

SUAREZ, WOORTMANN, MOTTA & WOORTMANN. Seminário Saber e Reprodução camponesa. Introdução. In: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/81**. Fortaleza: EUFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p.149-63.

VELHO, G. Acusações: projeto familiar e comportamento desviante. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 19787. (Nova Série, Antropologia).

_____. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: **INDIVIDUALISMO e Cultura**; notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.55-64.

_____. Parentesco, individualismo e acusações. In: **INDIVIDUALISMO e Cultura**; notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.65-78.

WEITZ, RAANAN. Those stubborn peasants. In: **FROM PEASANT TO FARMER**; a revolutionary strategy for development. New York: Columbia University Press, 1971. p.68-78.

WOLF, E.R. O campesinato e seus problemas. In: **SOCIEDADES CAMPONESAS**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.13-34.

WOORTMANN, K.A.A.W. A transformação da subordinação. In: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/81**. Fortaleza: EUFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p.204-29.

ANEXO

QUADRO 1. Demonstrativo da tipificação das acusações, por técnico.

Técnico	Tipificação das acusações por técnico						Total Nº ABS
	Saber	Poder	Moral	Saber/Poder	Saber/Moral	Poder/Moral	
Extensionista 1	02	03	03	02	01	01	12
Extensionista 2	18	05	08	08	0	04	43
Extensionista 3	04	05	01	02	01	01	14
Sub-gerente	02	03	05	01	01	01	13
Ex-Sub-gerente	14	06	13	03	0	05	41
Total	40	22	30	16	03	12	123

Fonte: Análise dos Discursos dos Técnicos, pela pesquisadora.

QUADRO 2. Demonstrativo da freqüência de acusações dos técnicos, por endereçamento.

Categoria da acusação	Freqüência das acusações por endereçamentos						Total
	Agricultores		Técnicos		Instituições		
	%	Nº absol.	%	Nº absol.	%	Nº absol.	%/ABS
Poder	29,7	11	18,1	26	51,0	6	35,5/43
Saber	37,8	14	36,4	12	23,5	12	31,5/38
Moral	32,5	12	45,5	15	25,5	13	33/40
Total %	100%		100%		100%		100%
Nº absolutos		37		33		51	121

Fonte: Análise dos Discursos dos Técnicos, pela pesquisadora.

QUADRO 3. Endereçamento das acusações por técnico, e por categoria.

Categoria de acusação	Endereçamento das acusações por técnico																	
	Técnico 1			Técnico 2			Técnico 3			Técnico 4			Técnico 5			Total		
	Ag	Tec	Ins	Ag	Tec	Ins	Ag	Tec	Ins	Ag	Tec	Ins	Ag	Tec	Ins	Ag	Tec	Ins
Poder	02	-	06	02	-	02	01	-	02	-	-	03	01	-	05	06	-	18
Saber	13	03	05	01	-	-	05	01	01	-	02	03	06	02	14	25	08	23
Moral	08	-	06	04	-	-	04	-	-	01	02	01	04	01	04	21	03	11
Saber/Poder	01	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-	01	01	03	-	03	03	02
Saber/Moral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Poder/Moral	02	-	02	-	-	-	01	-	-	01	-	-	02	01	02	06	01	04
Total	26	03	20	07	-	02	12	01	03	02	04	09	14	07	25	61	15	59

Fonte: Análise dos Discursos dos Técnicos, pela pesquisadora.